

Artigo avalia como o câncer do colo do útero poderia ser reduzido no Brasil

Uma das estratégias globais defendidas pela Organização Mundial da Saúde (OMS) diz respeito à eliminação do câncer do colo do útero. Apesar de ser o quarto tipo mais comum entre as mulheres em todo o mundo e o terceiro no Brasil, é evitável se as lesões precursoras forem diagnosticadas e tratadas. Foi a partir deste apelo da OMS e dos desafios que o Brasil precisa enfrentar que pesquisadores do INCA foram convidados a realizar um estudo de revisão para mapear e avaliar a situação dos programas de rastreio e controle deste tipo de câncer no país. Uma das principais discussões do trabalho refere-se à potencial incorporação de novas tecnologias para o rastreamento, o que poderia abrir caminho para sua eliminação. O artigo foi publicado em 2022 na revista *Frontiers in Medicine*, referência para as ciências médicas em todo o mundo.

Quatro pesquisadores de diferentes áreas participaram do artigo: Flávia Corrêa e Arn Migowski, da Divisão de Detecção Precoce e Apoio à Organização de Rede, Liz de Almeida, da Coordenação de Prevenção e Vigilância, e Marcelo Soares, do Programa de Genética e Virologia Tumoral. Para examinar o cenário atual do país em relação ao câncer do colo do útero, foram definidos três eixos: vacinação contra o HPV, rastreamento e tratamento. “Nossa missão central era mapear as condições atuais no país, buscando identificar onde já avançamos, mas especialmente nossas dificuldades e desafios para chegarmos a um outro patamar na redução da doença”, explicou Marcelo Soares, que coordenou o estudo.

Um dos problemas mais relevantes mapeados pelo grupo foi a questão da vacinação. A pesquisa observou que, apesar de o Brasil contar, desde 2014, com a vacinação contra o HPV pelo Sistema Único de Saúde (SUS) para meninas e meninos (atualmente, de 9 a 14 anos) e ainda para adultos imunossuprimidos, essa implantação foi considerada tardia em relação a outros países. Além disso, existem outros gargalos: a cobertura vacinal apresenta dificuldades e, em algumas regiões, como a Norte, é classificada como baixa (principalmente por motivos educacionais, culturais e de acesso).



Arn Migowski e Marcelo Soares (foto) assinaram o artigo, junto com Flávia Corrêa e Liz de Almeida

Diagnóstico no início da doença

Como o impacto da vacinação é de longo prazo, é essencial combinar essa estratégia com as práticas de rastreamento. Este foi o segundo tema ao qual os pesquisadores se dedicaram. O rastreamento viabiliza a identificação de indivíduos que têm a doença, mas que ainda não apresentam sintomas, permitindo a detecção precoce.

No Brasil, o método utilizado para rastreamento do câncer cervical é o exame de Papanicolaou. Por obstáculos semelhantes aos relativos à adesão à vacina, que incluem longas distâncias e questões socioeducacionais, os índices de realização do teste são mais baixos na região Norte, justamente onde os casos da doença são mais numerosos.

A análise do INCA verificou também que, hoje, já existem métodos de rastreio com tecnologias mais eficazes, e que são recomendados pela OMS, mas que ainda não foram incorporados ao SUS. “Para cada incorporação, é preciso fazer um estudo de custo-efetividade e de impacto orçamentário. Como as dimensões territoriais e populacionais do Brasil são enormes, o desafio é maior. Mas é fundamental avaliarmos a inclusão de novas tecnologias de rastreamento conjuntamente com melhorias organizacionais do programa brasileiro para que possamos efetivamente avançar”, disse Arn.

Alternativas de combate ao tumor

A conclusão do estudo é que, para reduzir amplamente ou eliminar o câncer do colo do útero como um problema de saúde pública, só há uma saída: a combinação de uma série de ações simultâneas de prevenção primária, rastreio, diagnóstico e tratamento. “O Brasil já realizou a vacinação [contra o HPV] nas escolas e é algo que funcionava muito bem. A volta dessa estratégia pode ser um caminho interessante. A imunização em dose única também pode ser avaliada”, propôs Liz de Almeida.